



Relatório da Comissão de Estudos para Implantação de Moradia Estudantil

Ideais e diretrizes da Assessoria Técnica em Arquitetura e Urbanismo da Comissão Paritária para Estudo da Implantação de Moradias Estudantis na UNIFESP: registro de um percurso

Fernando Atique

Manoela Rossinetti Rufinoni

1. Introdução e Objetivos

Criada no princípio de 2011, a Comissão Paritária para Estudo da Implantação de Moradias Estudantis da UNIFESP, vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), objetivou colocar em discussão a possibilidade e a oportunidade da construção de moradias para os estudantes da instituição, assunto até então pouco explorado no seio dessa comunidade acadêmica. Constituída como um grupo de trabalho formado por servidores técnicos, docentes e estudantes, e assessorada, também, por dois docentes com formação específica na área de arquitetura e urbanismo, a comissão abriu um espaço privilegiado para debater diversas temáticas associadas à questão da moradia universitária, permitindo, a partir de uma dinâmica de discussão paritária e pluridisciplinar, a atribuição de uma nova dimensão ao estudo do tema, indo muito além das questões de ordem prática imediatamente tratadas nesses casos, como a dotação orçamentária ou a definição de um cronograma de projetos e obras a serem edificadas. Em seis meses de trabalho, a Comissão desenvolveu uma série de atividades, evidenciou prioridades projetuais a serem observadas e elencou um conjunto de diretrizes sobre os caminhos que julgamos mais apropriados para a condução criteriosa, qualificada, ética e responsável desse grande projeto. Ao longo desse percurso de análises e delineamento de diretrizes, a Comissão promoveu profícuas discussões, enfrentou resistências ideológicas e institucionais diversas, e pôde apreender, no contexto de sua criação e atuação, quais as reais contribuições que poderia oferecer nesse debate. Diante do exposto, o presente texto, sob a ótica de seus assessores técnicos, constitui-se num misto entre relatório técnico e ensaio crítico, buscando apresentar o percurso da Comissão, o conteúdo das discussões travadas e, sobretudo,

o caminho trilhado rumo ao delineamento das diretrizes de projeto que aqui defendemos. Analogamente, objetiva, ainda, esclarecer quais as posturas de enfrentamento da questão que não defendemos e não corroboramos, sobretudo frente a certas atitudes da política de execução de obras públicas na universidade.

2. O Desenho de uma Universidade Pública em São Paulo

2.1. Antecedentes

Para contextualizar a criação e a atuação da Comissão, cumpre destacar o cenário de renovação institucional que a UNIFESP tem conhecido nos últimos anos. A instituição adquiriu o *status* de universidade com a Lei nº 8.957, de 15 de dezembro de 1994, momento em que a Escola Paulista de Medicina, instituição fundada em 1933 e voltada à área da saúde, adquiriu novos contornos institucionais. Em 2005 a UNIFESP aderiu ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), projeto federal de expansão das vagas públicas no ensino superior e de interiorização das atividades universitárias. A partir de então, sobretudo após 2007, passaria de uma universidade temática na área da saúde para uma instituição de espectro formativo mais amplo e inclusivo, ampliando e diversificando a oferta de cursos de graduação e pós-graduação, e abarcando, assim, não apenas profissões associadas ao universo das ciências biológicas, mas também às ciências humanas e exatas. Nesse contexto, foram abertos cinco novos *campi* na Região Metropolitana de São Paulo. Atualmente, além do *campus* original na Vila Clementino, em São Paulo, que abriga cursos na área biológica, a UNIFESP conta com o *campus* Baixada Santista, com cursos voltados à área da saúde; o *campus* de Diadema, voltado às ciências biológicas e ambientais; o *campus* Guarulhos, destinado às humanidades; o *campus* São José dos Campos, com especificidade nas ciências exatas e engenharias e o *campus* Osasco, pensado como espaço para os cursos gerenciais e da área econômica.¹ Conta ainda com dois *campi* de extensão, um no bairro de Santo Amaro e, outro, na cidade de Embu das Artes, voltados à oferta de cursos livres ou de educação que não visam a titulação.

¹ A UNIFESP conta com os seguintes *campi* e cursos: *Campus Vila Clementino*: Ciências Biológicas, Enfermagem, Fonoaudiologia, Medicina e Tecnologias em Saúde; *Campus Baixada Santista*: Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional; *Campus Diadema*: Ciências Biológicas, Ciências Químicas e Farmacêuticas, Química, Engenharia Química, Farmácia e Bioquímica; *Campus Guarulhos*: Ciências Sociais, Filosofia, História, História da Arte, Letras e Pedagogia; *Campus São José dos Campos*: Ciências da Computação e Matemática Computacional; *Campus Osasco*: Ciências Atuariais, Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Relações Internacionais.

A abertura de novos cursos e *campi* deflagrou um processo de transformação nunca antes visto na história da Instituição. Num espaço de poucos anos, a área de influência e o corpo discente e docente cresceram e se diversificaram significativamente, trazendo novas demandas de várias ordens, desde questões diretamente associadas à infraestrutura necessária à expansão da universidade – a exemplo da problemática associada aos espaços físicos adequados para abrigar os novos cursos (salas de aula, espaços de convivência, bibliotecas, laboratórios diversos, quadras esportivas etc.), ou mesmo à viabilização de melhorias de acesso aos *campi* localizados em regiões desprovidas de transporte público eficaz –; até questões de ordem política e social, relacionadas à gestão, participação e representação desses novos públicos na discussão e condução da agenda universitária, em seus múltiplos aspectos.

Outra questão de suma importância nesse cenário foi a adesão da UNIFESP ao SISU – Sistema de Seleção Unificada do Ministério da Educação –, em 2008. Por meio do SISU, sistema gerenciado pelo MEC, as instituições públicas de ensino superior podem optar por selecionar candidatos a partir da nota obtida no Exame Nacional de Ensino Médio, o ENEM, excluindo o vestibular tradicional. A partir da adoção deste sistema, num único processo seletivo que considera a nota do ENEM, candidatos residentes em qualquer região do país podem escolher estudar em qualquer universidade cadastrada no sistema, ampliando sobremaneira as opções de cursos e instituições, escolhas antes restritas à necessidade de se inscrever em vestibulares específicos para cada universidade desejada. A diversificação do público universitário, portanto, além de aportar interesses e expectativas próprias das novas áreas abarcadas pelos novos cursos, permitiu abrir as portas da instituição para alunos formados em escolas não-renomadas, como também diversas públicas, de todo o Brasil, trazendo consigo novos referenciais educacionais e culturais, necessidades e desejos acadêmicos diversos. No contexto do presente texto, tal realidade exacerbou a necessidade, já aventada no passado, porém nunca levada a cabo, de oferecer moradias estudantis aos alunos residentes em bairros distantes ou mesmo provenientes de outras cidades e estados. Diante de uma realidade de expansão que abre oportunidades para estudantes oriundos de diferentes regiões e realidades socioeconômicas, deve-se considerar que efetivamente muitos deles não podem arcar com altos valores de aluguéis, ou enfrentar horas de percurso para frequentar *campi* localizados em regiões ainda com poucas ofertas de transporte público, questões, que, diga-se de passagem, foram apontadas próprio corpo discente ao longo desses últimos anos.

Não obstante os aspectos certamente positivos deste cenário – como a expansão das vagas da universidade pública e a possibilidade de acesso de um público maior e mais diverso ao ensino superior –, cumpre salientar que o processo de expansão, infelizmente, não tem sido acompanhado de um planejamento claro que defina e conduza as ações e projetos necessários para atender a tais transformações, absorvendo e interpretando essas novas demandas e necessidades. Essa ausência de planejamento, além de não permitir a participação do público interessado na definição de prioridades e metas que garantam, efetivamente, a qualidade de ensino frente à expansão, tem provocado problemas que só se agravam a cada ano, com a chegada de novos alunos. Com relação ao espaço físico, diversos novos *campi* não possuem instalações adequadas; os edifícios, por razões de diversas ordens, não atendem a um programa de necessidades integral às funções inerentes a cada *campus* e têm enfrentado entraves diversos que postergam suas construções. Por essas razões, a UNIFESP tem enfrentado problemas quanto à discussão da construção de espaços universitários de qualidade; debates que poderiam promover e incentivar trocas e diálogos com os entornos diferenciados de seus *campi* e com seus públicos. Diante de um processo de expansão universitária que não acontecerá novamente tão cedo, perde-se a oportunidade de discutir e construir a materialidade que abriga, desenha e impulsiona a imaterialidade da vivência estudantil, ou seja, de se pensar a relação íntima entre projeto arquitetônico, espaços coletivos e experiências formativas e intelectuais em curso na universidade. As atividades discentes prosseguem, então, alojadas em edifícios adaptados, alguns deles emprestados, ou em construções novas que já nasceram obsoletas – já que os projetos não buscaram atender sequer ao programa inicial de necessidades –, ou ainda em anexos projetados segundo a urgência do momento, sem tempo o suficiente para promover uma apurada reflexão sobre os espaços e cenários efetivamente produzidos. Não se trata de culpar parcelas específicas da universidade por esta produção, mas, sim, de sublinhar que existem outras possibilidades de produção do espaço que são mais plurais e coletivas, uma vez que dizem respeito ao abrigo de toda uma comunidade acadêmica. Em outras palavras, trata-se de frisar que a universidade deve lutar por uma arquitetura de relações e de espaços e não apenas de paredes e tijolos.

2.2. A PRAE

Nesse contexto de expansão e diante da diversidade do novo público discente, recentemente foi criada a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE)² com o intuito de

² A PRAE, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, é presidida atualmente pelo prof. Dr. Luiz Leduino de Salles Neto. A Comissão objeto do presente texto é subordinada à Coordenadoria de Ações Afirmativas e de Permanência, dirigida pela Profa. Dra. Fernanda Miranda da Cruz.

promover ações institucionais de apoio aos alunos, abrangendo questões associadas ao acesso, à permanência e à finalização da formação acadêmica de alunos de graduação e pós-graduação. Cabe destacar que por ‘formação’, a PRAE busca considerar a multiplicidade de fatores envolvidos numa experiência de amadurecimento intelectual integral ao longo do percurso acadêmico, de modo a agregar, além dos conteúdos técnicos imediatos e inerentes a cada modalidade profissional, valores e conhecimentos pautados pela responsabilidade ética, social, ambiental e comunitária. Dentre as comissões criadas pela PRAE para atingir tais objetivos, além dos grupos de trabalhos voltados à democratização dos critérios de seleção e acesso ao transporte, e de programas voltados ao auxílio à permanência estudantil a partir da concessão de bolsas, destaca-se, finalmente, o grupo objeto do presente texto, intitulado Comissão Paritária para Estudo da Implantação de Moradias Estudantis. A iniciativa, inédita no percurso histórico da UNIFESP, demarcou um momento crucial para colocar em debate a construção de uma nova identidade acadêmica, inexoravelmente em curso frente às novas modalidades profissionais abarcadas, à expansão geográfica alcançada e ao crescimento da comunidade universitária, não apenas numérico, mas, sobretudo, em termos de expectativas, anseios e contribuições a serem apreendidas e absorvidas por todos os agentes participantes deste processo expansionista.

3. A Comissão Paritária e seus Esforços Coletivos

A criação da Comissão – considerando as particularidades e dificuldades enfrentadas ao longo do processo de expansão, conforme citamos anteriormente –, mostrou-se uma oportunidade exemplar para iniciar um debate em novas bases e para promover ações planejadas como não havia sido possível em situações anteriores, face à premência das demandas e ao universo territorial completamente diferente dos novos *campi*. Para compor o grupo de trabalho foram convidados servidores técnicos, estudantes e docentes provenientes dos vários *campi*, com o intuito de reunir um grupo representativo das diversas demandas acadêmicas e possuidor de competências profissionais diversas, multidisciplinaridade que se revelou essencial na atuação da comissão.³

³ A Portaria UNIFESP PRAE N° 2/2011, de 10 de março de 2011, designou os seguintes membros para compor a Comissão Paritária para Estudo da Implantação de Moradias Estudantis na UNIFESP: Presidente da Comissão: Profa. Dra. Ana Cristina Passarela Brêtas; membros docentes: Profa. Dra. Marinez Villela Macedo Brandão e Profa. Maria Cristina de Andrade; membro servidor técnico: Rodrigo Pedro Biscoki Nunes; membros discentes: Edson dos Santos Júnior, Pedro Camilo de Fernandes, Luana de Oliveira Cândido e Felipe Wilian Ferreira de Alencar; membros assessores técnicos: Prof. Dr. Carlos Eduardo Ribeiro, Profa. Dra. Fernanda Miranda da Cruz, Prof. Dr. Fernando Atique e Profa. Dra. Manoela Rufinoni, estes últimos, assessores técnicos em arquitetura e urbanismo. Após a publicação da Portaria, foi agregado à Comissão o discente Carlos Alberto Halmadjin.

Logo nas primeiras reuniões do grupo de trabalho, a questão da moradia estudantil já pôde ser problematizada como um programa que deveria ser visto para além da mera construção de alojamentos. Foram elencadas, dessa forma, no debate interno, uma série de temáticas que deveriam integrar o escopo do projeto: a questão da moradia como espaço privilegiado para incentivar práticas de vivência coletiva, de responsabilidade social e de ponte de comunicação entre a universidade e o entorno imediato; a compreensão de que o processo formativo do estudante universitário não se dá apenas na sala de aula, mas também no amadurecimento pessoal que poderia ser estimulado a partir de atividades diversas associadas à moradia; a importância das conexões entre a dimensão material do ambiente edificado e as relações promovidas por esses espaços, destacando a relevância do projeto arquitetônico como interlocutor na promoção desses diálogos; a compreensão de que arquitetura habitacional é fruto de demandas claramente identificadas e que guarda, em sua forma, informações e leituras acerca da essência do lugar, do ocupante e da maneira de morar identificada, dentre outras questões inerentes à atividade projetiva, e que também são tratadas por outras áreas do saber, em suas especificidades epistemológicas. As frentes de abordagem do tema, portanto, abriram-se sobremaneira. Vislumbramos, por fim, a oportunidade de repensar o próprio papel da Universidade na oferta de moradias, enfrentando e negando concepções ultrapassadas, porém ainda muito arraigadas em nossa sociedade, que consideram moradias dessa natureza de um ponto de vista meramente assistencialista, ou ideias ainda mais perigosas e reacionárias que as classificam como a “proletarização” do corpo discente, como, também, um espaço de permissividade que deve estar apartado das demais funções universitárias.

A comissão definiu, então, duas ações iniciais de pesquisa e análise que deveriam subsidiar o prosseguimento do debate:

- a) inicialmente, visitas técnicas a moradias estudantis de outras universidades paulistas: como as existentes nos *campi* de Araraquara e de Rio Claro da Universidade Estadual Paulista – UNESP; no *campus* de São Carlos, da Universidade de São Paulo – USP; e na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, no Distrito de Barão Geraldo, em Campinas;
- b) Posteriormente, a realização de um Fórum de debates para colocar em discussão os temas apontados pela comissão; para apresentar cenários de produção arquitetônica de qualidade para um público não especialista em arquitetura habitacional, e para discutir as situações observadas nas visitas técnicas. Em suma: a criação de um momento

privilegiado para promover a participação da comunidade acadêmica, receber suas sugestões e colher contribuições também externas ao âmbito da UNIFESP.

Essas iniciativas foram capitais para o trabalho da Comissão e merecem ser mais bem detalhadas:

3.1. As Visitas técnicas realizadas

Durante as visitas às moradias estudantis supracitadas, buscou-se conhecer os espaços projetados; observar as formas de morar ali consubstanciadas e as soluções adotadas na gestão dos espaços coletivos. Ponto importante nessas pesquisas de campo foi poder, também, travar contato com os moradores dessas habitações estudantis, conhecendo suas impressões, expectativas e demandas. Na visita à moradia do *campus* Araraquara da UNESP, ocorrida no dia 25 de março, tivemos a oportunidade de conversar com o coordenador da comissão de gestão de moradias estudantis daquele *campus*, que nos apresentou um amplo panorama sobre o enfrentamento da temática naquela unidade, levantando questões de grande pertinência a respeito da definição do número de vagas, dos critérios de seleção e das modalidades de gestão, temas que devem ser pensados, segundo suas ponderações, concomitantemente ao projeto de implantação do programa. Em visita às unidades, observamos a adoção de blocos compostos por duas casas térreas geminadas, com capacidade para quatro alunos em cada unidade, totalizando oito em cada bloco. Com poucas alterações, cada bloco possui duas casas, separadas por um amplo acesso comum transformado em espaço coletivo de lazer. Cada casa, por sua vez, possui banheiro, sala, cozinha e área de serviço, dependências a serem utilizadas coletivamente por até quatro alunos. Apesar da lotação limite de 2 alunos por dormitório, sabemos que é frequente a prática de se alojar um terceiro aluno em colchonetes, devido à procura por vagas ser maior do que a oferta, sobretudo no início do ano letivo, situação que depois se normaliza. Os blocos apresentavam diferentes graus de conservação física das edificações e de organização do uso do espaço, assim como diversas modalidades de divisão de tarefas domésticas. Pelo que pudemos observar na rápida visita empreendida, os grupos entrevistados apresentavam entendimentos diversos sobre o que é viver em grupo, apresentando variados graus de comprometimento com a vivência propiciada pela moradia estudantil e, sobretudo, com a gestão coletiva do espaço e do patrimônio público.

Na visita às moradias do *campus* Rio Claro da UNESP, ocorrida na mesma data da visita acima relatada, o mesmo projeto arquitetônico adotado em Araraquara propiciou a difusão de vivências coletivas de outra natureza. Observamos um criterioso programa de gestão coletiva

do espaço, em cada bloco e no conjunto da moradia, desde a divisão de tarefas dentro de cada unidade (duplas de alunos que se revezam para cozinhar para o grupo, efetuar a limpeza etc.) até a organização das tarefas conjuntas voltadas a toda a moradia, sendo possível, por exemplo, manter e gerir, por iniciativa dos alunos, um programa de coleta seletiva e um espaço coletivo para atividades recreativas, além de pequenas plantações para consumo de subsistência. O grau de conservação das edificações e a manutenção das áreas comuns, dado o compromisso dos alunos com o espaço em que habitam, era bastante superior ao de Araraquara.

No dia 08 de abril, a Comissão foi recebida no *campus* 1 da USP de São Carlos pela Coordenadoria daquele *campus*, na figura do Prof. Dr. Dagoberto Dario Mori, que nos expôs a história da construção das unidades destinadas aos estudantes e discorreu sobre a política inerente à manutenção e distribuição de vagas no sistema de alojamentos do *campus*. Depois, acompanhados pela arquiteta Sonia L. Medeiros S. Costardi, percorremos os quatro blocos existentes no *campus*, e que disponibilizam, atualmente, 192 vagas. Os blocos são de diferentes épocas e revelam pensamentos sobre a habitação estudantil bem divergentes entre si. O mais antigo deles constitui-se em um único bloco laminar, em tijolo aparente, de dois pisos, com quartos para quatro pessoas, articulados por um grande corredor que termina em uma cozinha e área de alimentação coletivas. Neste bloco existe apenas um conjunto de sanitários em cada andar. A localização deste alojamento é bem central, defronte a praça principal do *campus*. Fora este bloco, conhecido como “Alojamento Velho”, existem mais três. O segundo, cronologicamente falando é denominado pela comunidade uspiana de “Alojamento Novo”, e traz uma concepção de espaço totalmente diferente da anteriormente descrita, pois procura criar uma convivência mais íntima entre os estudantes. Sua espacialidade é definida pelos dois dormitórios para até quatro estudantes em cada um, articulados por uma cozinha e área de refeições comuns, mas resguardando sanitários e lavanderia para cada quarto. Cada bloco também possui dois pisos e explora diferentes possibilidades de implantação em um mesmo platô, na área lindeira ao conjunto esportivo do *campus*. Em meados da década de 1990 o *campus* erigiu mais um bloco que tentou fazer uma fusão entre os dois mais antigos grupos de alojamentos ali existentes, que ficou conhecido como “Novíssimo” entre os estudantes. Este, uma lâmina com dois pavimentos, articula quartos com áreas de refeição e cozinhas coletivas e procura garantir ainda mais individualidade a cada estudante, o que, de fato, pode ser percebido no último bloco de alojamentos erigido, cuja inauguração remonta a 2010. Neste último bloco, os quartos foram consideravelmente diminuídos, forçando, assim, com que menos pessoas compartilhem dos quartos. Existe uma única área para preparação de alimentos e para refeições.

Os sanitários deste bloco são inteiramente capazes de acolher as mais diversas restrições de locomoção, ostentando barras de segurança conforme a legislação brasileira requer.

Por fim, ainda no dia 08 de abril, visitamos as moradias construídas na UNICAMP. Pudemos observar em que medida um projeto arquitetônico de qualidade contribui para impulsionar o envolvimento dos moradores na ocupação e apropriação das áreas construídas, envolvendo-os na conformação de um espaço que não é apenas físico, mas, também, fruto de relações sociais e de um conjunto de interações, percepções e recepções da paisagem criada, que lhe conferem vitalidade e dinamismo. O projeto é composto pela multiplicação de três tipologias de habitações que, ao se conectarem a partir de diferentes arranjos, como num jogo de blocos com diferentes angulações, geram pátios internos, reentrâncias e passagens de nível, espaços que se convertem, todos, em potenciais áreas de convivência. A diversidade de espaços gerados possibilita, também, o abrigo de diferentes grupos de estudantes, não apenas de estudantes isolados, mas, também de famílias em diversos formatos que podem ocupar estúdios, quartos ou participar da vida do conjunto, garantindo a criação de redes de sociabilidade. A grande quantidade de unidades gerada abriga aproximadamente 1000 pessoas e produz um impacto na paisagem de Barão Geraldo extremamente positivo, não se constituindo em um enclave fechado, mas sim, em um “quarteirão” copartícipe daquela comunidade. Deve-se frisar que, assim como em Rio Claro e Araraquara, a Moradia da UNICAMP não se encontra dentro do *campus* Zeferino Vaz, mas em área distante cerca de 1km. Tal isolamento em termos territoriais não significa enquistamento da comunidade discente, uma vez que a universidade provê veículos para a ligação *campus*-moradia em diversos horários.

3.2. O FÓRUM de debates

O I Fórum Repertorial em Habitação Estudantil foi pensado no âmbito da Comissão Paritária para Estudos da Implantação de Moradias Estudantis da UNIFESP como momento privilegiado para o congregar de representantes dos diversos setores da universidade. Face à tradição na área da saúde e à expansão sofrida pela instituição, conforme temos tratado, o panorama do campo edilício era ainda pouco conhecido de diversos setores e de muitos dos atores sociais “unifespianos”, o que revelava a necessidade de apresentar, primeiramente, como se dá a operação de concepção de espaços para um programa de necessidades específico e multiterritorial como o pretendido. Ao mesmo tempo, intentava-se demonstrar a pluralidade de pensamentos, opções plásticas e materiais que permeiam o campo da habitação social na

contemporaneidade e, para isso, a Comissão elencou alguns profissionais que poderiam munir de repertórios a comunidade universitária e a própria Comissão.

Dessa forma, no dia 29 de abril, realizou-se no Anfiteatro Leitão da Cunha, no *campus* São Paulo da UNIFESP, o evento. Conforme divulgado pela imprensa, sobretudo junto aos *campi*, o fórum tinha “*como objetivo apresentar experiências e fornecer subsídios para a condução do projeto das moradias universitárias, de modo a delinear diretrizes gerais para as futuras propostas de construção e gestão.*”⁴ Aberto pelo senhor reitor, Prof. Dr. Walter Mana Albertoni, que salientou a relevância da discussão para a comunidade universitária, o fórum foi tratado como um dos desdobramentos da política interna da instituição que havia levado à criação da PRAE, meses antes. Reforçando tal visão, o Pró-Reitor de Assuntos Estudantis, Prof. Dr. Luiz Leduíno de Salles Neto salientou o compromisso que a UNIFESP estava assumindo publicamente em sanar o problema de alojamento e de garantir estímulos ao corpo discente em sua trajetória universitária. Expôs, ainda, Leduíno, os trâmites que já haviam sido tomados junto ao Ministério da Educação para obtenção de verbas específicas para a edificação das habitações estudantis nos seis *campi* da UNIFESP.

Enfocando, sobretudo, o projeto e as etapas necessárias para a elaboração de uma política habitacional universitária, o Fórum permitiu que ideias múltiplas e de procedências diversas pudessem ser vistas e debatidas pelo público. Assim, abrindo os trabalhos dos especialistas, a Profa. Dra. Anja Pratschke, co-coordenadora do NOMADS, Núcleo de Estudos de Habitats Interativos, do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP São Carlos, proferiu palestra cujo título “Habitar [o] Coletivo”, já indicava uma reflexão sobre os impasses, as dificuldades, mas, em específico, as possibilidades de formação extra-classes inerentes às habitações universitárias. Arquiteta e urbanista formada na Escola de Arquitetura de Grenoble, na França, e pesquisadora das questões atreladas à necessária revisão dos “modelos de habitar”, Pratschke apontou que o universo habitacional de uma universidade deve ser participativo desde a escolha das áreas e das configurações das unidades habitacionais, mostrando exemplos internacionais, europeus e americanos. A pesquisadora ainda polemizou defendendo a ideia de que as habitações estudantis deveriam ser pensadas em função do grau de manutenção financeira que os estudantes pudessem arcar, pois considera que o desenvolvimento da ideia de manutenção do coletivo se dá a partir dos compromissos sociais, estéticos, políticos e também financeiros com o lugar em que cada indivíduo habita.

⁴ Verificar: <http://dgi.unifesp.br/comunicacao/noticias.php?cod=8074>. Acessado em 31 de agosto de 2011.

Além de Anja Pratschke, o Fórum também possibilitou a outros profissionais, como Joan Villà, arquiteto e urbanista e docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, da capital, a exposição de suas reflexões sobre o universo da habitação coletiva. No caso específico de Villà, houve a exposição detalhada do processo que o levou a desenvolver o projeto da Moradia da UNICAMP, no Distrito de Barão Geraldo, em Campinas, obra previamente visitada pelos membros da Comissão. Ator social privilegiado da concepção da habitação estudantil da Universidade Estadual de Campinas, Villà relatou que, após tratativas entre a Reitoria e os estudantes daquela universidade, o processo de projeto desencadeado possibilitou a criação de um espaço diferenciado no universo da habitação de caráter social brasileiro, quer plasticamente, quer programaticamente, pois incorporou ao desenho das unidades soluções espaciais que abrigam diferentes grupos potencialmente ligados à universidade: estudantes que se aglutinam em casas coletivas, jovens casais, jovens mães, pós-graduandos etc., conforme discorrido anteriormente, neste texto.

Houve, ainda, a oportunidade de ouvir a equipe técnica da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB) que expôs, por meio das exposições dos arquitetos Luciana Mautone e Olympio Augusto Ribeiro as potencialidades de recuperar imóveis preexistentes para a implantação de moradia de interesse social. Como ao menos em um dos *campi* da UNIFESP, o da Baixada Santista, enfrenta-se o problema dos altos preços e da escassez de terrenos disponíveis para construir as moradias, julgou-se oportuno conhecer experiências de recuperação e adaptação de antigas edificações para novos usos, uma possível solução para a questão. Nesse sentido, focando, em específico, o projeto RENOVA CENTRO, levado a termo em algumas edificações do centro de São Paulo, a equipe da COHAB mostrou os desafios e a relevância social em se pensar a intervenção em edifícios em áreas centrais, que gozam de boa localização, facilidade de mobilidade urbana e acesso a serviços públicos. Uma solução nessa direção evidenciaria, ainda, o compromisso social da universidade para com a gestão dos centros urbanos.⁵

3.3. A composição da plateia e os debates suscitados

O público que compareceu ao evento era formado, além das autoridades já citadas, por alguns diretores dos *campi* da UNIFESP, por servidores administrativos e docentes e também por alunos. Destaca-se, ainda, a presença significativa de parte do Setor de Engenharia e Edificações da UNIFESP, que contribuiu no debate acerca dos trabalhos da Comissão e de seus

⁵ Histórico em vídeo deste Fórum está disponível na intranet da UNIFESP, neste endereço: <https://intranet.unifesp.br/restrict/index3.php>. Acesso em 01/09/2011.

objetivos. Dentre os presentes, houve manifestação bastante positiva com relação aos trabalhos de análise em desenvolvimento pela Comissão; membros da plateia destacaram, inclusive, que espaços de debate como esse, com a participação aberta à comunidade acadêmica interessada, não tinham sido oferecidos até o momento para se discutir, especificamente, os problemas de infraestrutura nos *campi* em expansão. Julgamos importante salientar a participação da comunidade acadêmica no Fórum, pois um dos objetivos do evento foi justamente reunir e colocar em contato os diferentes setores da universidade preocupados de alguma forma com os problemas infraestruturais e programáticos impulsionados pela expansão da universidade. Tais agentes e grupos até o momento não encontravam arena apropriada para discutir que tipo de espaços universitários precisam e desejam, demandas que vão além do debate sobre a implantação das moradias, mas dizem respeito a toda a programação de obras a serem realizadas na instituição e à própria necessidade de expansão das representatividades nos processos decisórios institucionais, conforme aludimos no início deste texto.

4. Repercussões

Uma das principais repercussões do encontro e das visitas realizadas foi o debate interno acerca da relevância e das implicações da realização de concursos públicos de arquitetura e urbanismo visando a concretização das moradias estudantis. Embora a Comissão tenha recebido indicações contrárias à elaboração de concursos, manifestas tanto na política corrente de execução de obras universitárias, como também nos dizeres do arquiteto Villà durante o Fórum, vislumbrávamos a necessidade de se encarar a elaboração de um edital como um pronunciamento efetivo das intenções de transparência pública e de compromisso com a qualidade dos espaços universitários, contrariando certa conduta que tem sido detectada no seio da UNIFESP, de atropelo da ampla discussão e do entendimento acerca da constituição de seus espaços. Dessa forma, por meio de debate entre a PRAE e a própria Comissão, delineou-se a possibilidade de colocar os diretores acadêmicos de cada *campus* frente ao processo de busca das áreas nas imediações de seus *campi*, favorecendo, assim, o fortalecimento das relações UNIFESP-Prefeituras Municipais, mas, também, a efetiva participação dos gestores eleitos por seus pares no pleito recém-realizado na universidade.

Paralelamente a este compromisso levado e, de fato, assumido pelos diretores acadêmicos, a Comissão entendeu por bem trazer para uma explanação mais detalhada a presidente do Departamento de São Paulo do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB – arquiteta

Rosana Ferrari. A presença de Ferrari, no dia 30 de junho, foi de extrema importância, pois sinalizava um compromisso efetivo da Comissão com o entendimento das tratativas de um concurso nacional visando às moradias estudantis. Esclarecimentos acerca de valores, procedimentos diversos (de formatação de edital, inscrição e julgamento de propostas) foram prestados e, enfaticamente, colocou-se a necessidade de se explicitar que a elaboração de projetos de arquitetura e urbanismo é responsabilidade do arquiteto e urbanista. Esta ênfase veio ao encontro das reflexões que a Comissão Paritária vinha fazendo ao longo do primeiro semestre de 2011, abarcando, inclusive, o debate acerca das pontes entre cliente (no caso a universidade) e o projetista. Sendo a Comissão, além de paritária, também multidisciplinar, há um grande ganho nas reflexões sobre o ato de projetar a moradia e de como pensá-la como instância que contribui à formação e à permanência do corpo discente, sem, contudo, dotarmos os espaços de atribuições morais ou deterministas.

As análises realizadas pela Comissão ao longo de seis meses apontaram que o melhor caminho é a proposição de prioridades e diretrizes de projeto para cada *campus* – considerando não apenas dados técnicos, mas, sobretudo, as especificidades do público, as relações sociais e estudantis a serem alimentadas na produção desses espaços e a absorção de expectativas e anseios advindos de um renovado entendimento acerca dos significados do morar coletivamente na universidade –, para, de posse dessas diretrizes, a serem construídas lado a lado com a comunidade acadêmica, serem então elaborados os editais para a realização de concursos públicos de projetos de arquitetura. Este é o caminho que julgamos mais apropriado para a seleção de projetos de qualidade, com transparência e comprometimento ético no emprego dos recursos públicos.

Salientamos, ainda, que a realização de concursos públicos de projetos de arquitetura dessa natureza seria uma iniciativa de repercussão nacional, não somente no campo da arquitetura e do urbanismo, mas, sobretudo, no campo político. Representaria, assim, uma diferenciada postura frente à realização de obras públicas, considerando-as não apenas como tijolos que abrigam pessoas e objetos, mas como “projetos” efetivamente, ou seja, como etapas de processos socioespaciais mais amplos e duradouros. No campo da educação, tal postura significaria, ainda, apostar verdadeiramente no programa de expansão universitária, compreendendo o complexo conjunto de medidas necessárias para a promoção de uma experiência de formação universitária efetiva, além da mera obtenção de um diploma.

5. Conclusões da Comissão

Diante do exposto, cremos ter concluído os trabalhos de Assessoramento Técnico em Arquitetura e Urbanismo da Comissão Paritária para Estudo da Implantação de Moradias Estudantis da UNIFESP defendendo uma série de princípios e destacando posturas com as quais não concordamos, abaixo sistematizados:

I - Salientamos a necessidade de:

- Realização de concurso público de projetos de arquitetura, assegurando o atendimento das diferentes demandas dos *campi*, permitindo a participação aberta de quaisquer arquitetos interessados, sem predileções ou indicações de qualquer natureza, que serão selecionados por um júri competente a partir das propostas apresentadas, sendo objeto da seleção a qualidade projetual, ou seja, o eficaz atendimento das demandas e prioridades apresentadas no edital (demandas e prioridades a serem definidas em conjunto com a comunidade acadêmica);
- Condução criteriosa do processo de concurso de projetos, com formação de banca julgadora ética e profissionalmente competente, reunindo ainda, membros da comunidade universitária.

II - Por outro lado, salientamos veementemente que:

- A Assessoria Técnica desta Comissão não concorda com a construção de moradias segundo o modelo de expansão física observado até o momento nos diferentes *campi*: como construções apressadamente projetadas ou, mesmo, anexos emergenciais, edificados sem considerar as complexas questões envolvidas na produção de um espaço de qualidade para nossos alunos, que assegure, inclusive, a condução criteriosa da gestão coletiva do espaço;
- A Assessoria Técnica desta Comissão não recomenda, de forma alguma, a construção de moradias a partir da replicação de projetos arquitetônicos elaborados para outras universidades e, portanto, pautados por condições sociais, físicas e territoriais alheias às nossas necessidades e realidade metropolitana. Prática que nós, como arquitetos assessores da Comissão, mas também servidores docentes desta universidade, em

específico, repudiamos, pois defendemos a conduta das atividades projetuais dentro dos parâmetros éticos da profissão do arquiteto e urbanista no Brasil;

- A Assessoria Técnica desta Comissão não concorda com a contratação – sem seleção aberta e transparente e, logo, sem a possibilidade de avaliação prévia dos projetos a serem executados, pelos setores interessados –, de quaisquer profissionais liberais ou empresas de construção, engenharia, arquitetura, consultoria ou assessoria técnica para elaborar os projetos de arquitetura. Não concordamos, portanto, com quaisquer modalidades de contratação que não assegurem a transparência e a qualidade projetual no atendimento às nossas demandas.
- A Assessoria Técnica desta Comissão não recomenda a condução de projetos arquitetônicos apenas no âmbito interno da UNIFESP que, a despeito de possuir setor específico para a área da construção civil, com profissionais competentes, não possui infraestrutura e quantidade de pessoal suficiente para tocar tantos projetos e com tão diferenciadas necessidades em diversos *campi*.

Por fim, salientamos, ainda, que apesar do profícuo trabalho de pesquisa desta comissão, aqui brevemente exposto e consubstanciado nas diretrizes acima afirmadas, a instituição divulgou recentemente a possibilidade de se construir moradias a partir da replicação de projetos da UNESP⁶. Concluimos o presente relatório ressaltando que os arquitetos membros da comissão repudiam veementemente a adoção de tal estratégia, ação que contraria os parâmetros éticos da profissão do arquiteto e urbanista no Brasil, além de lançar por terra toda a fundamentação construída no seio desta comissão; análises que, cumpre salientar uma vez mais, foram elaboradas a partir de um debate paritário, pluridisciplinar e aberto a toda comunidade acadêmica, via Fórum Repertorial, com o intuito ético e engajado de sistematizar as demandas e anseios de uma comunidade acadêmica em expansão.

Pelo relatado, reiteramos nossa preocupação e nosso compromisso com a construção de uma universidade pública mais rica em termos sociais. Para tanto, registramos neste documento nossa disposição pela luta por espaços físicos de qualidade, reflexo da conduta ética e da

⁶ Conferir: *UNIFESP: passado, presente e futuro*. São Paulo: Unifesp, 2011, p.51.

participação da comunidade na definição de seus abrigos, integrando-a e conduzindo-a a um patamar de excelência que almejamos como membros docentes desta casa.

Dessa forma, assinamos,

Guarulhos, 05 de setembro de 2011.



Prof. Dr. Fernando Atique
Docente EFLCH / UNIFESP
Departamento de História
Arquiteto e Urbanista



Profa. Dra. Manoela Rossinetti Rufinoni
Docente EFLCH / UNIFESP
Departamento de História da Arte
Arquiteta e Urbanista